

TERRORISMO INTERNACIONAL E O ATENTADO À AMIA

KARL SCHURSTER* & DIEGO RODRIGUES DIAS DA LUZ**

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o atentado terrorista à AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina), em 1994, dentro do contexto do terrorismo internacional. Nessa perspectiva, queremos problematizar o que possibilitou a execução do atentado e as consequências que causou dentro da política e da sociedade argentina. Superada a Guerra Fria (1947-1991), sua geopolítica e as implicações da bipolaridade (Estados Unidos *versus* União Soviética) para a segurança e a defesa nacional das nações, cabem problematizar – principalmente no caso das nações emergentes, com interesses cada vez maiores nos grandes fluxos comerciais e na internacionalização das suas ações - as novas condições vigentes nas relações internacionais depois de 1991 (fim da União Soviética, emergência dos Estados Unidos como hiperpotência, reações assimétricas na periferia da globalização). Ao mesmo tempo em que avançam as novas condições de insegurança e incerteza, avança também, de forma paradoxal, a Globalização. O caráter multilateral das crises e a emergência do unilateralismo lançam suas bases teóricas e políticas em antigos paradigmas do campo das Relações Internacionais e promovem compreensões diferenciadas das novas condições vigentes nas relações internacionais pós-1991. Portanto, inserir o atentado a AMIA dentro de um contexto macro, que possibilite sua existência no cenário internacional é parte fundante de nosso trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina, Terrorismo, AMIA.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the terrorist attack on the AMIA (Asociación Mutual Israelita Argentina) in 1994, within the context of international terrorism. In this perspective, we want to discuss how was possible the execution of the attack and the consequences caused in Argentine politics and society. Overcome the Cold War (1947-1991), its geopolitical and implications of bipolarity (United States versus the Soviet Union) for security and national defense of nations, we may problematize - especially in the case of emerging nations, with increasing interest in large trade flows and the internationalization of their actions - the new conditions prevailing in international relations after 1991 (end of the Soviet Union, the emergence of the United States as a superpower, asymmetric reactions at the periphery of globalization). While advancing the new conditions of insecurity and uncertainty, also advances, paradoxically, Globalization. The multilateral nature of the crisis and the emergence of unilateralism launch their theoretical and political bases in old paradigms of the field of international relations and promote different understandings of the new

* Pós Doutor em História e Doutor em História Comparada pela UFRJ. Professor dos Programas de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local Sustentável da UPE e Adjunto do Departamento de História da Universidade de Pernambuco.

** Historiador e pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente da Universidade do Estado de Pernambuco – UPE.

prevailing conditions in international relations after 1991. So enter the AMIA attack within a macro context, which enables its existence on the international scene is a fundamental part of our work.

KEYWORDS; Argentina, Terrorism, AMIA.

Argentina durante 1989-1999.

Em 9 de Julho de 1989, Carlos Saúl Menem assumiu o cargo eletivo de presidente da Argentina, sucessor de Raúl Alfonsín, Menem marcou a história da Argentina ao ser o primeiro sucessor constitucional desde 1928. O governo de Menem, foi marcado por muitos escândalos de corrupção e abuso de poder, nesse sentido analisamos a situação social de forma geral na Argentina durante esse período em que esteve no poder. Ao assumir o poder em 1989, Menem, encontra uma Argentina com uma economia afundada em dívidas externas, com inflação altíssima chegando a 200%, alto índice de desemprego, pouca credibilidade com o capital externo, escassez de investidores, uma moeda enfraquecida e uma grande tensão social. De modo geral, temos uma Argentina vivendo uma grave crise econômica, em que havia de encontrar uma solução rápida, uma forma de tentar estabilizar essa situação financeira.

Desde sua chegada à presidência, Menem tratou logo de concentrar e potencializar seu poder. Para resolver a crise financeira emergente a qual tomou conta do país, conseguiu a aprovação de duas principais leis no congresso, a Lei de Reforma do Estado e a Lei de Emergência Econômica, a primeira declarava a necessidade de privatização de empresas estatais e delegou ao presidente a liberdade para escolher as empresas. A aprovação desta lei criou mecanismos e dispositivos para que as privatizações de empresas e negócios estatais fossem efetuadas totalmente ou parcialmente. Contudo que a empresa estivesse classificada como “sujeita a privatização” pelo poder executivo nacional, deixavam de existir meios legais que impedissem sua negociação. A lei de Emergência Econômica suspendia todo tipo de subsídios, privilégios e regimes de incentivo, e autorizava a demissão de funcionários estatais. Rapidamente duas grandes empresas estatais como a *Entel* (empresa de telefonia) e a *Aerolíneas Argentinas* foram privatizadas. Em pouco mais de um ano várias outras empresas de rede viária, canais televisivos, ferrovias e áreas petrolíferas foram privatizadas. Menem conseguiu também a aprovação no Congresso da criação de mais quatro vagas para juízes na Suprema Corte. Com a maioria dos votos ao seu lado, ele impediria qualquer decisão contrária à sua vontade reformista.

As leis criadas e aprovadas como medidas orientadas para a solução do caos econômico, já havia estendido expressivamente o poder da presidência. A ampliação dos membros da Suprema Corte garantia uma maioria favorável ao governo no poder

judiciário. Desta forma, Menem adotou diversas medidas em que a Suprema Corte decidia a seu favor, chegando a passar por cima de juízes e câmaras, por meio do recurso do *per saltum*.¹

A nova política econômica de Menem se desenvolvia no mesmo cenário deixado pelo governo Alfonsín: alto índice de inflação e desorganização econômica. Seguindo os postulados do Consenso de Washington², Menem precisava restabelecer a estabilidade econômica e obter um equilíbrio na balança de pagamentos. Então o presidente selecionou alguns pontos do Consenso de Washington e iniciou a sua implantação. O governo desvalorizou o austral em quase 100%, ajustou as tarifas dos serviços públicos e dos combustíveis e aumentou os salários abaixo da taxa de inflação. Outro ponto do Consenso de Washington posto em prática por Menem, foi a privatização das empresas estatais.

Para firmar sua aliança com a elite empresarial, Carlos Menem nomeia Maria Julia Alsogaray como a responsável por conduzir as privatizações. Filha de Álvaro Alsogaray, um importante banqueiro argentino, Maria Julia Alsogaray foi nomeada para ser representante dos empresários no governo. Empresários locais, operadores internacionais e banqueiros que possuíam títulos da dívida externa participaram da compra das estatais, obtendo tarifas menores, menor regulamentação e monopólio durante alguns anos. Entretanto, a larga corrupção que cercava grande parte dos processos de privatização no país ficava evidente no decorrer da maturação desse esquema de privatizações.

Os dois primeiros anos de governo Menem não foram tão significativos, pois não trouxeram os resultados esperado para amenizar a crise econômica argentina. As privatizações foram realizadas com o único objetivo de fazer caixa. O “Plano Bonex”³ que fora articulado pelo ministro da economia, Erman Gonzalez, juntamente com os conselheiros dos bancos credores e de Álvaro Alsogaray. A utilização de uma velha receita, baseada na contenção de gastos para o controle inflacionário, provocou uma recessão fortíssima no país e reestruturou a dívida externa do país. Além disso, o

¹ Per saltum foi um mecanismo jurídico utilizado pelo poder executivo durante o governo Menem. Dessa forma Menem conseguia a aprovação de leis e decretos, passando por cima do Legislativo. Ver: ROMERO, Luis Alberto. Op. cit, pg 263.

² Consenso de Washington, con junto de medidas básicas fundado em 1989 por economistas de instituições financeiras de Washington para ajustamento econômico de países em desenvolvimento que passavam por dificuldades econômicas. Para mais detalhes vide: *Washington Consensus, Center for International Development at Harvard University*.

³ Plano Bonex, bloqueio de liquidez na economia Argentina durante 1990.

governo se fragiliza com o caso do “Swiftgate”⁴. Os ministros Eduardo Bauzá e Roberto Dromi, juntamente com Maria Julia Alsogaray, foram acusados de se beneficiarem das privatizações. O desgaste político foi tamanho, a ponto de diversos ministros serem retirados do cargo, levando Domingo Cavallo ao posto de ministro da economia em 1991 (após a renúncia de Antonio Erman Gonzalez).

Como Ministro da Economia do governo Menem, Domingo Cavallo, propôs e conseguiu a aprovação da Lei de Conversibilidade, que estabelecia a paridade cambial fixa, em abril de 1991. Além dessa lei, foi estabelecida uma redução geral das tarifas, concretizando, por fim, a abertura econômica do país ao mercado externo. As tarifas caíram, e os resultados imediatos dessa medida foram o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução da taxa de juros, a queda da inflação e o reaquecimento da economia. Para tranquilizar os investidores, foi adotado também o Plano Brady⁵, em abril de 1992. Graças a todas estas modificações e planos econômicos, a Argentina consegue recuperar a confiança dos investidores. O Estado melhorou a arrecadação de impostos, recebeu uma quantidade expressiva de empréstimos e investimentos do exterior e o consumo aumentou. Entre 1991 e 1994, entrou no país um volume considerável de dólares, a ponto de o governo saldar seus déficits e das grandes empresas se reequiparem.

A venda das empresas estatais continuou, todavia, nas privatizações das empresas de eletricidade, água e gás, foram garantidos mecanismos de controle, concorrência e venda de ações a particulares. Responsável pelo petróleo argentino, a YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*), foi privatizada, mas com o Estado controlando parte das ações. Durante o segundo governo de Menem o desemprego e a dívida externa eram problemas para os quais já não se conseguia encontrar soluções. Apesar da crise mexicana, as empresas nacionais conseguiram se recuperar, devido aos créditos no mercado internacional, e o PIB, que recuou em 1995, se recuperou e manteve o crescimento nos anos seguintes.

Em relação à política externa, a Argentina também foi utilizada como um instrumento estabelecimento ou consolidação de alianças internacionais. O governo realizou um novo conjunto de alianças externas com a OTAN e, especialmente, com os Estados Unidos. A aproximação com os EUA implicou a modificação dos votos da

⁴ Escândalo de corrupção que causou a renúncia do ministro da economia Erman Gonzalez.

⁵ Plano Brady, plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, criado na década de 80 pelo secretário do tesouro americano Nicholas F. Brady.

Argentina nas Nações Unidas com vistas a aproximar-se dos votos norte-americanos sobre temas como a integração ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis em 1991, a assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, a participação na Guerra do Golfo e em algumas operações de paz da ONU.

Ao se tornar aliada dos EUA, a Argentina passou a ser favorável à resolução que propunha o envio de uma comissão para investigar a situação dos direitos humanos em Cuba. Outro episódio que ilustra esta aproximação foi logo após o golpe militar no Haiti, em 1991, o governo decretou um embargo naval, objetivando pressionar o governo militar para o retorno da democracia, enviando navios de guerra para o país, acompanhando os EUA e o Conselho de Segurança da ONU. Isto reflete um comportamento de aproximação da posição norte-americana e oposição aos demais países latino americanos, contrários a qualquer ameaça de guerra. Menem manteve vínculos pessoais com os presidentes americanos, George Bush e Bill Clinton, sempre recorrendo a eles em busca de apoio e ajuda. Também tratou logo de iniciar as negociações com a Inglaterra devido a Guerras das Malvinas e finalizar acordos fronteiriços com o Chile.

Terrorismo Internacional.

O terrorismo é um tema que aparece com uma razoável frequência nas mídias globais. Principalmente após o ocorrido em 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, a temática entrou em evidência na esfera das Relações Internacionais, as quais acompanharam os primórdios da política de “guerra contra o terror”, promovida pelos Estados Unidos. Uma das questões centrais na discussão sobre a noção de “guerra contra o terror” seria a definição do inimigo, levando em conta uma problemática de como classificar o terrorismo. Esta questão problematiza sua definição visto que não há uma conceituação oficial dos órgãos internacionais sobre o assunto. Várias nações e instituições mostram diferentes pontos de vista e até mesmo seus departamentos internos possuem posições discordantes.

O terrorismo internacional, apesar de não ter uma conceituação consensual, ele tem características próprias, as quais podem ser analisadas e classificadas dentro de uma temática de conflito global, que seria nesse caso, a Guerra Assimétrica. Existem outros exemplos e formas de guerra assimétrica, não é uma exclusividade do terror, contudo, o nosso foco nesse trabalho se restringe ao terrorismo. Em relação a guerra assimétrica,

podemos dizer que se caracteriza em “...ataques surpresas, seguidos de retiradas; recusa em dar combate em situação de inferioridade; escaramuças; batalhas seletivas, sabotagem, etc...” (TEIXEIRA DA SILVA, 2010)

Os exemplos mais comuns dessa assimetria, são as guerrilhas e o terrorismo internacional, que se distinguem em larga medida da guerra convencional. De acordo com uma analogia feita entre Guerra Convencional e Guerra Assimétrica (pondo em evidência as Guerrilhas e o Terrorismo) feita por Lapsky, em sua dissertação de mestrado, com base nos autores Gerard Chaliand e Arnaud Blin, há uma certa tipologia atribuída ao terrorismo internacional, não em relação a conceito, mas em relação a caracterização dos atos terroristas pela perspectiva do universo da guerra assimétrica:

1. *Tamanho das unidades em batalha*: as unidades utilizadas nas guerras convencionais são compostas por exércitos (em torno de 60.000 – 100.000 pessoas), corpos de exércitos (30.000 – 80.000) e divisões (10.000 – 20.000). Já as guerrilhas são compostas por batalhões (em torno de 300 – 1000 pessoas), companhias (70 – 250) e pelotões (25 – 60), enquanto o terrorismo contém poucas pessoas, geralmente menos de 10 pessoas.
2. *Armas utilizadas*: nas guerras convencionais é utilizado todo aparato de armas militares como aviões, navios, artilharia, canhões de artilharia, morteiros, até armas utilizadas pelos soldados como rifles, metralhadoras e pistolas. Já nas guerrilhas utilizam-se armas leves e alguns objetos de artilharia, como os morteiros, enquanto no terrorismo são utilizadas armas de fácil porte (granadas, rifles de assalto e pistolas) e as especializadas, como carros-bomba.
3. *Táticas*: As operações conjuntas, envolvendo diversas unidades militares, são características das guerras convencionais, enquanto nas guerrilhas são realizados confrontos isolados. O terrorismo utiliza elementos como o seqüestro, assassinato, explosões de carros e barricadas de reféns.
4. *Alvos*: nas guerras convencionais, os alvos são unidades militares e infraestrutura, como transporte e comunicações para derrubar o inimigo. Já nas guerrilhas, os alvos são militares, policiais, membros administrativos e oposição política. No terrorismo os alvos são símbolos estatais, oposição política e, principalmente, o público em larga escala.

5. *Objetivos*: a destruição física é a principal meta das guerras convencionais, enquanto o desgaste do inimigo é o esperado pelas guerrilhas. No terrorismo a coerção psicológica é o elemento chave dos ataques.
6. *Controle do território*: enquanto nas guerras convencionais e nas guerrilhas existe o objetivo de controlar o território, no terrorismo, não há este elemento.
7. *Uniforme*: em guerras convencionais, os combatentes são identificados através de seus uniformes, compostos pelas diversas insígnias que formam a hierarquia militar, enquanto na guerrilha, o uniforme não é uma peça fundamental nas batalhas. No terrorismo, não há uso de uniforme, impossibilitando a diferenciação entre combatentes e não combatentes no campo de batalha.
8. *Campo de batalha*: nas guerras convencionais, o confronto é limitado a uma área geográfica, geralmente fora do alcance da população. Nas guerrilhas, o confronto é limitado no(s) país(es) em conflito, enquanto no terrorismo o campo de batalha não tem limite e as operações são realizadas em qualquer lugar do mundo.
9. *Legislação internacional*: as guerras convencionais e as guerrilhas possuem regras pré-estabelecidas pelos órgãos internacionais, enquanto o terrorismo ainda não é regulado, devido dificuldade de conceituação deste tipo de conflito.

O terrorismo possui uma grande vantagem para seus praticantes: baixo custo, aliado a grande devastação e operação simples (comparado ao planejamento de uma ação de forças armadas), levando grupos dissidentes a utilizar esta tática para atingir determinados objetivos, contra forças maiores e/ou mais potentes. Então, podemos partir do princípio que tal prática pode ser reconhecida e classificada de acordo com os tópicos apresentados acima. Com a ascensão dos conflitos assimétricos, principalmente a partir dos anos 1990, fica mais evidente a caracterização do ato terrorista seguindo a ideia apresentada. Apesar de ser difícil a conceituação do termo terrorismo, essa dificuldade torna necessário a identificação dos atos terroristas, os quais mostramos ser possíveis de identificar e classificar, tendo como base essas teorias de assimetria global e a análise do objeto de estudo (no nosso caso o atentado à AMIA).

O caso AMIA.

Por volta das 10 horas da manhã do dia 18 de Julho de 1994, ocorreu um dos atentados, o qual no momento foi reconhecido como o mais terrível da história do terrorismo internacional (tendo em vista que os ataques do 11 de Setembro não tinham acontecido). Foi precisamente nesta data que houve atentado terrorista de maior dimensão da história da América Latina. Dois estrondos marcaram as vítimas do ataque, o primeiro foi a explosão do carro-bomba que fora lançado contra o edifício onde se localizava a instituição AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina), o segundo estrondo foi aquele que marcou o momento em que desabou o edifício de sete andares, o qual fora a sede da AMIA. Mais de 300 pessoas feridas e 85 mortos foram os números dos danos causados pelo ataque, o qual ainda não achou os responsáveis.

A AMIA é uma instituição não governamental que tem por finalidade manter, investir, incentivar e difundir a cultura e religião judaica dentro do território argentino. Embora não se saiba o porquê de ter se tornado alvo de um atentado terrorista, a AMIA não foi o único alvo ligado a Israel que foi vítima de um ato terrorista dentro da Argentina. Em 17 de Março de 1992, ocorreu um atentado à Embaixada israelense na Argentina, embora tenha sido um ataque de menor proporção, comparado à AMIA, o ataque a embaixada de Israel causou a morte de 29 pessoas e deixou 242 feridos. De modo similar ao caso AMIA, o ataque a embaixada também não encontrou seus responsáveis, 22 anos do ataque à embaixada e 20 anos do ataque à AMIA, e ainda não se tem comprovação da responsabilidade de ambos os atentados. Suspeita-se que os autores do primeiro atentado sejam os mesmos do segundo atentado, gerando uma possível ligação entre os dois ataques.

Vinte anos do atentado à AMIA, e as investigações levaram a lugar nenhum. Em meio a várias suspeitas, fraudes e testemunhos perdidos, a investigação se arrasta até hoje. Já foram acusados membros do governo do Irã, que a princípio foram apontados como os autores do ataque, mesmo o governo iraniano negando qualquer envolvimento no ataque. Dentre vários anos de investigação, foram acusados também de participação no ataque o ex-presidente argentino Carlos Menem, pois foi justamente durante seu governo que aconteceu o ataque, não apenas à AMIA, mas a embaixada também. Menem é acusado de ter feito acordos com membros do governo iraniano durante seu mandato, e devido a uma dívida não paga pelo presidente, o atentado teria sido uma

forma de retaliação ao não pagamento da dívida. Ele ainda é acusado pelo recebimento de 10 milhões de reais do governo iraniano para facilitar a execução do atentado, além de ser suspeito de receber apoio financeiro e político do governo iraniano durante sua campanha eleitoral.

Apesar de várias acusações contra Carlos Menem, em relação ao caso AMIA, não foi possível comprovar seu envolvimento no atentado. Além do ex-presidente Carlos Menem, também foram acusados de envolvimento o juiz responsável pela investigação, o Juan José Galeano, além de outros funcionários do próprio governo argentino como o chefe de polícia de Buenos Aires, Juan José Ribelli, como também o chefe do serviço de inteligência argentino (SIDE), Hugo Anzorreguy. Vários outros funcionários do governo argentino foram suspeitos e investigados, foram mais de 1500 pessoas interrogadas.

Podemos perceber claramente que houve participação interna no ataque à AMIA. Temos que levar em consideração também o governo da época, em que o presidente Carlos Menem, exerceu um papel fundamental numa grande rede de corrupção criada por ele mesmo em associação com funcionários do governo, instituições privadas e agentes de polícia, isso torna o ambiente favorável para atos terroristas. Além da existência de uma extrema direita influenciada pelo fascismo difundido durante a Segunda Guerra e que está enraizado na sociedade argentina, isso pode ser confirmado com o grande número de sites neofascistas, que propagam suas idéias através do espaço virtual da internet. Além de sites, também existem muitos grupos musicais neofascistas que espalham seus pensamentos através de suas letras. Isso também contribui para um ambiente favorável ao terrorismo, afinal grupos neofascistas são extremistas assim como os grupos terroristas, inclusive há casos em que grupos fascistas se tornam terroristas, pois são levados pelo seu pensamento extremista.

O Impacto no cenário internacional.

Em relação às Relações Internacionais, um tema que se tornou foco de debate foi a questão da zona fronteiriça entre Brasil, Argentina e Paraguai. A região conhecida como Tríplice Fronteira, envolve as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), que juntas somam mais de 500 mil habitantes. Nessa região há a presença de um grande contingente de imigrantes de origem árabe,

muitos que saíram fugidos de conflitos que eclodiram no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial. Há uma grande suspeita de fonte de financiamentos para o terrorismo internacional vindos dessa zona, a grande variedade de nacionalidades, como sírios, egípcios, palestinos, jordanianos e libaneses, torna possível a presença e talvez associação de agentes de alguns grupos terroristas internacionais como Hizballah, Jihad Islâmica, Gama'a al-Islamiyya, Hamas e Al-Qaida. O fato dessa zona ser de natureza fronteiriça torna difícil saber a quem pertence a jurisdição de algumas áreas, o que tornou necessário conferências internacionais sobre segurança nacional e relações multilaterais entre os três países e os Estados Unidos.

O atentado à embaixada israelense e sequencialmente o atentado à AMIA, ambos ocorridos na Argentina, geraram maior preocupação em relação a questão da Tríplice Fronteira. Segundo o Arthur Bernardes do Amaral em seu texto “O problema do terrorismo internacional na América do Sul e a Tríplice Fronteira: histórico e recomendações.”, após o 11 de Setembro os debates entre Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos foram focados para um novo mecanismo de segurança da Tríplice Fronteira chamado de Grupo 3+1, trata-se de um foro de caráter informal que reúne autoridades governamentais dos quatro países com o intuito de estruturar uma forma comum de coordenação e consulta dotada de três objetivos principais: facilitar e dinamizar o intercâmbio e compartilhamento de informações; desenvolver e articular políticas de segurança coordenadas regionalmente para a zona da fronteira tríplice; elaborar documentos públicos assinados de comum acordo pelos quatro governos nacionais envolvidos, nos quais se expressa a postura oficial e o consenso dos membros do grupo sobre o tema terrorismo internacional na região.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Jessica Ausier da. *Argentina en la lucha contra el terrorismo*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, Nº18, Rio, 2008.

LAPSKY, Igor. *A popularização da guerra através do cinema: uma análise comparada dos terroristas antes e depois do 11 de Setembro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Rio de Janeiro. Brasil. 2012.

RAMONET, Ignacio. *Guerras do Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CHAVES, Daniel Santiago. *Terrorismo na América do Sul: uma ótica brasileira*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SOARES, Luiz Carlos; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Reflexões sobre a Guerra*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 200.

Artigo recebido em: 12 de Agosto de 2014

Aprovado em: 06 de Outubro de 2014